



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005890-71.2000.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Pagamento**
 Requerente: **Jose Fernando Loreti**
 Requerido: **Joao Gilberto Bortolotti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSE FERNANDO LORETI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Joao Gilberto Bortolotti, também qualificada, na qual o réu se viu condenado por sentença proferida em 08 de maio de 2000, a pagar ao autor a importância de R\$ 4.441,74, liquidada em R\$ 30.463,08 com data de março de 2014, da que o devedor, intimado, realizou pagamento de R\$ 10.000,00 em 02 de abril de 2014, propondo-se a quitar o saldo restante em outros dez (10) pagamentos no valor de R\$ 1.000,00 cada um, reclamando ainda excesso de execução no valor de R\$ 4.967,55 por entender não aplicável a multa de 10% prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil então vigente, reclamando assim o acolhimento dos embargos para ajustamento da liquidação a R\$ 29.687,17.

O credor respondeu afirmando estar precluso o direito do devedor impugnar a execução para discutir o valor da dívida na medida em que se confessou devedor da soma de R\$ 29.687,17 em abril de 2014, recusando, no mais, a transação ofertada e requerendo o levantamento do depósito de R\$ 10.000,00, para insistir no prosseguimento da execução pelo valor de sua liquidação de R\$ 34.654,72 em junho de 2014, já com o acréscimo da multa de 10% de que trata o art. 475-J, do Código de Processo Civil.

A impugnação foi instruída com cálculo do Contador Judicial, contra o qual se insurgiu o credor, alegando que a decisão deste Juízo, que determinou a elaboração da conta, estaria equivocada ao apontar o valor de R\$ 2.754,62 como saldo inicial da dívida, sendo então determinado o retorno dos autos ao Contador Judicial para o refazimento da conta, sobre a qual apenas o credor se manifestou, reclamando a rejeição da impugnação.

É o relatório.

Decido.

Conforme já destacado anteriormente, a impugnação, não obstante a preclusão consumativa, foi admitida por conta de visar esclarecimento sobre o valor correto da dívida.

A liquidação pelo Contador Judicial apontou o saldo de R\$ 34.984,11 para junho de 2014, valor superior àquele reclamado pelo credor em sua liquidação do título, que apontava a soma de R\$ 34.654,72 para o mesmo mês de junho de 2014 (*vide fls. 266*).

O devedor/impugnante não se manifestou sobre esse cálculo.

De resto, cumpre considerar que a multa de 10% era mesmo devida na medida em que não houve pagamento algum.

Não se olvida tenha o devedor/impugnante depositado R\$ 10.000,00 em 02 de abril de 2014, conforme se vê às fls. 248.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Dito valor, entretanto, não foi depositado em favor do credor à disposição deste Juízo, mas recolhido indevidamente à Fazenda do Estado de São Paulo, que restituiu tal depósito em 23 de dezembro de 2015 tão somente pelo seu valor nominal de R\$ 10.000,00.

Ou seja, é juridicamente impossível atribuir-se ao credor a responsabilidade pelo equívoco no depósito, que de resto, permaneceu por quase dois (02) anos sem disponibilidade efetiva pelo credor e sem acréscimo de correção monetária ou de juros de mora, por culpa exclusiva do devedor/impugnante, com o devido respeito.

E não há, como visto, excesso de execução, atento a que a correta liquidação da dívida resultaria num valor superior àquele perseguido pelo credor, conforme cálculo de fls. 340.

À vista dessas considerações, rejeito a impugnação, e porque o devedor(a)/impugnado(a) sucumbe, de modo que deverá arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação oposta por Joao Gilberto Bortolotti contra JOSE FERNANDO LORETI, e em consequência CONDENO o(a) devedor(a)/impugnado(a) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado, na forma e condições acima.

Determino que o credor/impugnado proceda a uma nova liquidação da dívida tomando por base o valor de R\$ 34.654,72 para o mesmo mês de junho de 2014, que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da referida data, subtraindo-se o valor levantado de R\$ 10.000,00 em janeiro de 2016.

P. R. I.

São Carlos, 14 de outubro de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**